

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

### INTRODUÇÃO

De acordo com o inciso IV do art. 2º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, o Documento de Formalização de Demanda (DFD) é o documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação.

Adicionalmente, o art. 8º do Decreto nº 10.947, de 2022 e § 1º do art. 10 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, especificam as informações mínimas requeridas ao preenchimento do DFD no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), as quais serão detalhadas nos tópicos a seguir.

### 1- INFORMAÇÕES GERAIS

#### 1.1- Data prevista para conclusão do processo

2 meses a partir da formalização da demanda.

#### 1.2- Descrição sucinta do objeto

O presente processo administrativo, tem por objeto o registro preços visando prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada, tendo por finalidade o levantamento e a recuperação de créditos de tributos dos municípios consorciados.

#### 1.3- Grau de prioridade da compra ou da contratação

Média.

## **2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1- Justificativa da necessidade da contratação**

A presente contratação revela-se necessária e estratégica para o interesse público consorciado, diante da constatação de que diversos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal podem ter direito à restituição, compensação e regularização de tributos e contribuições recolhidos indevidamente nos últimos exercícios, abrangendo, entre outras rubricas, Previdência Geral (RGPS/INSS), Previdência Própria (RPPS), RAT/FAP, PASEP, IRPJ/IRRF, Taxas incidentes sobre telefonia (TFF, TLA e Habite-se), bem como repasses federais vinculados ao SUS e ao FUNDEB.

Nesse sentido, é sabido que as inconsistências tributárias e previdenciárias, ainda que decorrentes de erros formais ou de interpretações divergentes da legislação, provocam impactos diretos sobre as finanças municipais, reduzindo a capacidade de investimento e comprometendo o equilíbrio fiscal dos entes.

Ainda no contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) impõe ao gestor público o dever de efetuar a arrecadação de todos os tributos de competência municipal e de zelar pela eficiência na gestão das receitas públicas.

Portanto, é imperioso destacar que a recuperação de créditos tributários e previdenciários constitui medida não apenas legítima, mas obrigatória à luz do princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), representando ação de gestão fiscal responsável e promotora da sustentabilidade financeira dos entes consorciados.

No entanto, a execução dessa atividade demanda elevado grau de especialização técnica, conjugando conhecimentos jurídicos, contábeis, previdenciários, fiscais e tecnológicos, de modo a garantir segurança jurídica e rastreabilidade das informações processadas. Os municípios, por sua vez, não dispõem de corpo técnico especializado nem de estrutura de tecnologia da informação capaz de realizar, de forma integrada e auditável, o levantamento, o saneamento e a compensação dos créditos. Suas equipes internas, em regra, já se encontram sobrecarregadas com rotinas administrativas e de execução orçamentária e contábil, o que inviabiliza o desempenho eficiente dessa tarefa complexa, podendo resultar em perda de prazos prescricionais e de recursos públicos.

Deste modo, a contratação justifica-se pela necessidade de padronização, otimização e profissionalização dos procedimentos de recuperação tributária no âmbito do Consórcio, mediante a utilização de solução informatizada que assegure a conformidade dos cálculos, a rastreabilidade dos dados e a transparência dos resultados, permitindo que todos os

municípios consorciados interessados atuem de forma homogênea e tecnicamente assistida, ampliando a efetividade dos resultados e reduzindo custos operacionais, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência.

Ademais, cumpre destacar que conforme o artigo 74, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, notadamente para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, cuja atuação se mostre indiscutivelmente a mais adequada à plena satisfação do interesse público:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

[...]”

O serviço pretendido ora pretendido, que envolve a recuperação de créditos previdenciários, tributários e federativos por meio de metodologia própria e sistema informatizado com rastreabilidade legal, enquadra-se precisamente nessa hipótese legal, por se tratar de atividade técnica singular e de alta complexidade, cuja execução requer experiência comprovada, acervo técnico consolidado e domínio de soluções tecnológicas específicas de integração de dados fiscais e contábeis, não sendo possível a competição em bases objetivas de preço.

Além de garantir a recuperação de receitas municipais de forma segura e auditável, a iniciativa permitirá ao Consórcio Intermunicipal instrumentalizar os municípios com tecnologia, capacitação e suporte contínuo, promovendo a modernização da gestão tributária local e fortalecendo a autonomia financeira dos entes federados, em consonância com os objetivos do consorciamento público previstos na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007.

Diante disso, evidencia-se que a contratação é necessária, vantajosa e plenamente justificada, pois:

- a) atende ao interesse público consorciado e à eficiência arrecadatória;
- b) corrige distorções tributárias e previdenciárias acumuladas;
- c) evita a perda de valores por prescrição;
- d) adota solução tecnológica inovadora, auditável e padronizada;
- e) assegura segurança jurídica e transparência na gestão dos créditos; e
- f) permite a recomposição das receitas municipais sem impacto orçamentário imediato, uma vez que o pagamento é vinculado aos resultados efetivamente obtidos.

Diante do exposto, a contratação por inexigibilidade de licitação revela-se a única via juridicamente e tecnicamente viável para a consecução do objeto pretendido, garantindo o cumprimento do dever legal de arrecadar, o fortalecimento das finanças locais e a sustentabilidade fiscal dos municípios consorciados.

## **2.2- Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.**

O objeto em estudo não apresenta qualquer vínculo, interdependência ou condicionamento técnico, orçamentário, operacional ou cronológico com outros Documentos de Formalização de Demanda existentes ou em tramitação no âmbito do Consórcio Intermunicipal ou dos Municípios consorciados.

A presente contratação possui escopo modular e execução autônoma, estruturada para atender a cada ente consorciado de forma individualizada, conforme sua adesão e necessidade específica, sem dependência de insumos, resultados ou cronogramas de outras contratações eventualmente conduzidas pelo Consórcio ou pelas Administrações Municipais.

## **3- MATERIAIS/SERVIÇOS**

As contratações decorrentes do presente estudo técnico serão executadas em estrita observância às manifestações de interesse formalizadas pelos órgãos e entidades competentes dos Municípios consorciados, conforme identificação prévia em sede de Intenção de Registro de Preços (IRP) conduzida pelo Consórcio Intermunicipal, as quais comporão a seguinte tabela:

CIMMVI	Carmo do Cajuru	Igaratinga	Conceição do Pará	Itapecerica	Pedra do Indaiá	Perdigão	São Gonçalo do Pará	Lagoa da Prata	Divinópolis	Nova Serrana	TOTAL (UN)
PREVIDÊNCIA GERAL						1					1
RAT						1					1
PASEP						1					1
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA						1					1
IRPJ						1					1
TELEFONIA						1					1
SUS						1					1
FUNDEB						1					1

O objeto compreende serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria administrativa com solução informatizada, destinados ao levantamento, auditoria, apuração, regularização e recuperação de créditos tributários e previdenciários dos entes consorciados.

Cada unidade de serviço corresponderá a um módulo autônomo de execução, aplicado individualmente a cada Município, de modo que a demanda e o consumo dos serviços sejam dimensionados de forma independente, conforme a efetiva necessidade e capacidade operacional de cada participante.

Por questão de ordem lógica e para garantir a uniformidade e rastreabilidade das contratações, cada Município consorciado poderá demandar até uma unidade de cada tipo de serviço técnico listado na tabela abaixo, observada a disponibilidade de dotação orçamentária e o cronograma de execução aprovado.

Deste modo, a sistemática modular ora adotada assegura flexibilidade, isonomia e economicidade, permitindo a execução descentralizada e autônoma dos serviços, sem comprometer a padronização metodológica e a governança centralizada do Consórcio Intermunicipal.

**4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS****Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto):** Diretoria Executiva**Responsável(eis) pela demanda:****Nome:** Vinícius Salomão Gontijo Bahia**Matrícula:** 10**Cargo/Função:** Diretor Executivo